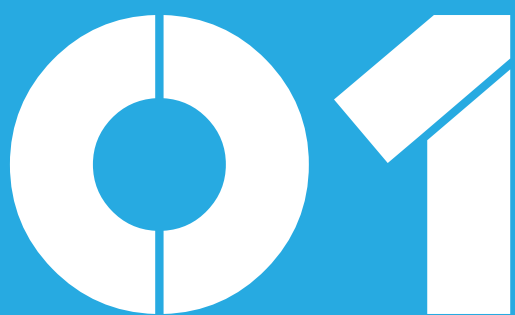


**RELATÓRIO
& CONTAS**

15



ÍNDICE

2
PÁG
ÍNDICE

4
PÁG

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

PÁG
7

PÁG
21

**CERTIFICAÇÃO LEGAL
DE CONTAS**

PÁG
24

**RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL**



RELATÓRIO
DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

A criação desta Fundação, por decisão da Família Monte, constituiu a concretização da vontade dos seus membros em promover os valores da educação e da solidariedade social.

Tem como fins primordiais a promoção da educação, o fortalecimento da solidariedade social, o apoio a entidades públicas e de interesse público e o desenvolvimento de infraestruturas, conceder isoladamente ou em conjunto com outras entidades bolsas de estudo e prémios a estudantes, investigadores académicos e/ou outras pessoas singulares ou coletivas, apoiar o desenvolvimento de creches ou lares em estreita sintonia com a segurança social, ajudar instituições hospitalares, associações de bombeiros e afins, construir ou promover a construção de infraestruturas de interesse público.

A Fundação procurará colaborar e estabelecer parcerias com entidades que realizem ou se proponham realizar atividades de natureza similar ou complementar às por si realizadas, nomeadamente nos distritos de Viana do Castelo, Porto e Braga e em particular no concelho da Póvoa de Varzim.

INSTALAÇÃO E ORGÂNICA

A sede da Fundação ficou estabelecida na Rua Avelino Barros, nº 283, na Póvoa de Varzim.

A proximidade e estreita ligação com os fundadores revelou-se benéfica, permitindo logo no seu primeiro ano de atividade a concretização do apoio financeiro a algumas entidades de interesse público.

Tal como definido desde o primeiro dia e nos seus estatutos, a Fundação mantém-se firme na estratégia de reduzir ao mínimo possível os encargos estruturais da fundação, nomeadamente encargos com o pessoal.

Atualmente, trabalham na Fundação a título gratuito: um Presidente do Conselho de Administração e dois Administradores.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração:

Presidente

Fábia Filipa Valentim Gomes do Monte

Vogal

Tiago Nuno da Silva Melo Patrício

Vogal

José Carlos Brandão Gomes

Conselho de Curadores:

Presidente

Manuel Gomes do Monte

Vogal

Alípio Gomes do Monte

Vogal

Irene Flores Gomes Morim

Vogal

Maria de Lurdes Rodrigues Valentim Gomes do Monte

Vogal

Joana Maria Valentim Gomes do Monte

Conselho Fiscal

Presidente

Manuel João Meira Fernandes

Vogal

Celso José Patrício

Vogal

Paulo Roberto de Souza Mathias Lima

ESTATUTOS

Os estatutos da Fundação (disponível em www.fundacao-monte.pt), foram preparados pelos fundadores e devidamente reconhecidos pelo Governo.

LEGALIZAÇÃO E RECONHECIMENTO

O processo de legalização iniciou-se em 12 agosto de 2010 logo após a escritura pública de constituição, tendo sido legalmente reconhecida no dia 17 de outubro de 2012, por Despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros. O Despacho nº.14129/2012, foi publicado no Diário da República, 2.ª série, nº.211, de 31 de outubro.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

No seguimento do plano de orçamentação para apoiar a Obra de Santa Zita nas alterações que teriam que executar na instituição, para estarem em conformidade com o solicitado pela Segurança Social podendo manter o infantário onde recebem crianças de famílias carenciadas, foi desenvolvido, pela Monte & Monte, no 1º semestre de 2015 uma remodelação do espaço exterior da creche da instituição da Obra de Santa Zita, um projeto da autoria do Arq. José Manalvo.

A instituição Obra de Santa Zita (OSZ) tem origem na cidade da Guarda no ano de 1931 e implantou-se em todo o território nacional, onde desenvolve as mais diversas respostas sociais, com inúmeras atividades e serviços.

Dada a necessidade de uma remodelação profunda do espaço exterior da creche e de modo a cumprir alguns requisitos, a Monte & Monte desenvolveu diversos trabalhos de construção civil na OSZ - Póvoa de Varzim onde se inclui demolições; eliminação de escada e degraus com a construção de novos passeios compostos por rampas e patamares, revestidos a granito bujardado "Amarelo" de Ponte Lima, e guardas em vidro laminado de 16mm; construção de cobertura constituída por estrutura metálica e vidro laminado translúcido.

Este projeto previa ainda a realização de determinadas infraestruturas de saneamento.

Como nos anos anteriores e dando seguimento a uma tarefa há muito realizado pela Sra. D. Irene, Membro do Conselho de Curadores, em 2015 a Fundação distribuiu cabazes de Natal pelas famílias mais carenciadas do concelho da Póvoa de Varzim, este ano conseguimos ajudar mais de 50 famílias.

Foram igualmente distribuídos cabazes nas Instituições da Obra de Santa Zita e Instituto Madre Matilde.

Acreditamos que podemos ajudar cada vez mais famílias e é para isso que nos esforçamos cada dia.

RELATÓRIO FINANCEIRO

Do ponto de vista financeiro, a prudência e a sustentabilidade serão princípios que deverão estar sempre presentes nas várias iniciativas e projetos em que a Fundação se envolva.

Foi igualmente decidido, como política geral, gerir os recursos disponíveis de modo muito prudente, só efetuando aplicações de muito alta segurança ou sem qualquer risco.

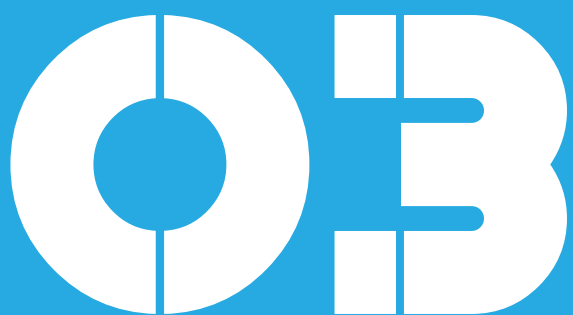
Póvoa de Varzim, 15 de novembro de 2016

O Conselho de Administração

Fábia Filipa Valentim Gomes do Monte
(Presidente)

Tiago Nuno da Silva Melo Patrício
(vogal)

José Carlos Brandão Gomes
(Vogal)



DEMONSTRAÇÕES **FINANCEIRAS**

BALANÇO

[31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014] (montantes expressos em euros)

Rubricas	Notas	2015	2014
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	175.960	178.646
Subtotal		175.960	178.646
Ativo corrente			
Outras contas a receber	6	1.057	1.057
Outros ativos financeiros	4	484.970	572.369
Caixa e depósitos bancários	4	4.693	14.052
Subtotal		490.720	587.478
Total do ativo		666.680	766.124
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	7	678.116	678.116
Resultados transitados	7	54.948	52.076
Outras variações nos fundos patrimoniais	7	19.688	19.688
Subtotal		752.752	749.880
Resultado líquido do exercício		-98.554	2.873
Total do fundo de capital		654.199	752.752
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal			
Passivo corrente			
Fornecedores	8	473	1.810
Estado e outros entes públicos	9	4.086	3.644
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	10	5.582	5.582
Outras contas a pagar	11	2.341	2.336
Subtotal		12.481	13.371
Total do Passivo		12.481	13.371
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		666.680	766.124

O Contabilista Certificado (82602)

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

[31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014] (montantes expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2015	2014
Fornecimentos e serviços externos	12	-1.804	-4.852
Aumentos/reduções de justo valor	13	-106.429	-11.790
Outros rendimentos e ganhos	14	46.227	49.755
Outros gastos e perdas	15	-25.554	-19.348
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-87.560	13.765
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	16	-2.685	-2.685
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-90.245	11.079
Resultado antes de impostos		-90.245	11.079
Imposto sobre o rendimento do período	17	-8.308	-8.207
Resultado líquido do período		-98.554	2.873

O Contabilista Certificado (82602)

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO ANO 2015

(montantes expressos em euros)

		Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da Entidade				
		Fundos	Resultados Transitados	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total
	Notas					
Posição no Fim do Período de 2014		678.116	52.076	19.688	2.873	752.752
Aplicação do resultado do Período			-2.873		2.873	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2015	1	678.116	49.203	19.688	5.745	752.752
	2	678.116	49.203	19.688	5.745	752.752
Resultado Líquido do Período	3				-98.554	-98.554
Resultado Extensivo	4=2+3				-92.809	-98.554
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Fundos						
Outras operações						
	5					
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2015	6=1+2+3+5	678.116	49.203	19.688	-92.809	654.199

O Contabilista Certificado (82602)

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO ANO 2014

(montantes expressos em euros)

		Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da Entidade				
		Fundos	Resultados Transitados	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total
	Notas					
Posição no Fim do Período de 2013		678.116	7.730	19.688	44.345	
Aplicação do resultado do Período			44.345		-44.345	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2014	1	678.116	52.076	19.688		
	2	678.116	52.076	19.688		749.880
Resultado Líquido do Período	3				2.873	2.873
Resultado Extensivo	4=2+3				2.873	2.873
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Fundos						
Subsídios, doações e legados						
Outras operações						
	5					
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2014	6=1+2+3+5	678.116	52.076	19.688	2.873	752.752

O Contabilista Certificado (82602)

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

[31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014] (montantes expressos em euros)

RUBRICAS	Notas	2015	2014
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Caixa geradas pelas operações			
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-3.644	-12.657
Outros recebimentos/pagamentos		-6.811	-7.369
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-10.455	-20.026
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-262.400	
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		158.012	
Juros e rendimentos similares		18.085	27.053
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-86.303	27.053
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Realizações de fundos			
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-96.758	7.027
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		586.421	579.395
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	489.663	586.421

O Contabilista Certificado (82602)

A Administração

ANEXO

[31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014]

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (montantes expressos em Euros)

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Fundação Monte, com número de contribuinte 510441254, e sede na Rua Avelino Barros n.º 283 na Póvoa de Varzim, doravante designada por “Fundação”, é uma entidade de direito privado, de duração indeterminada, sem fins lucrativos, criada pela Família Monte.

A Fundação foi reconhecida através do Despacho n.º 14129/2012, de 17 de outubro de 2012, emitido pelo Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

O fim primordial da Fundação é o de promover a educação, apoiar o fortalecimento da solidariedade social, apoiar entidades de interesse público e desenvolver infraestruturas de interesse público.

As presentes demonstrações financeiras da Fundação são as suas demonstrações financeiras individuais, reportando-se ao período até 31 de dezembro de 2015, sendo apresentadas em euros.

NOTA 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL) específica para as entidades do setor não lucrativo, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março.

Sem prejuízo da utilização da norma atrás referida, sempre que a mesma contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Fundação se encontre envolvida, de forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada da posição financeira e do seu desempenho, recorre supletivamente, e pela seguinte ordem, (i) às NCRF e Normas Interpretativas (NI), (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e (iii) às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respetivas interpretações (SIC-IFRIC).

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

No período abrangido pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do NCRF-ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não há contas do balanço ou da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.1.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados pelo modelo do custo.

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de ser utilizados e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela Fundação, do desgaste natural esperado e da sujeição a uma previsível obsolescência técnica.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

3.1.2. Outros Ativos Financeiros Correntes e não Correntes

A Fundação classifica os seus outros ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros correntes

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de ativos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de atividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Fundação designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros correntes quando tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor.

Ativos financeiros não correntes

Os ativos financeiros não correntes são ativos financeiros não derivados: que i) a Fundação tem intenção de manter por tempo indeterminado, ii) são designados como não correntes no momento do seu reconhecimento inicial, ou iii) não se enquadram nas categorias acima referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: i) ativos financeiros correntes, e ii) ativos financeiros não correntes são reconhecidos na data de negociação (trade date), ou seja, na data em que a Fundação se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionados dos custos de transação, exceto nos casos de investimentos correntes, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando i) expiram os direitos contratuais da Fundação ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) a Fundação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) a Fundação, não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, tenha transferido o controle sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros correntes são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros não correntes são igualmente registados ao justo valor, sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas de justo valor, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são reconhecidos nos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (bid-price). Na ausência de cotação, a Fundação estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os ativos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

3.1.3. Imparidade de ativos

A Fundação avalia, à data de balanço, se existe algum indicio de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

a) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

b) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são registados inicialmente ao custo.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

c) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Relativamente aos depósitos bancários, se a sua disponibilização for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

3.1.4 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Fundação como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

3.1.5. Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

3.1.6. Imposto sobre o rendimento do período

A Fundação, uma vez que ainda não dispõe do estatuto de utilidade pública, está sujeita às regras gerais do IRC, sendo aplicada a taxa prevista no n.º 5 do artigo 87º do CIRC.

Os impostos sobre o rendimento foram reconhecidos como gastos do período abrangido pelas presentes demonstrações.

3.1.7. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Fundação. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Fundação classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de doze meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

3.3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL, o Conselho de Administração da Fundação utiliza estimativas e pressupostos que não afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

NOTA 4 – FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Fundação classifica os juros, dividendos e variações em “equivalentes de caixa” como atividades de investimento.

4.1. Comentário do Conselho de Administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A 31 de dezembro de 2015 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

	2015	2014
	Quantias disponíveis para uso	Quantias disponíveis para uso
Caixa		
Caixa	1.000	1.000
Subtotais	1.000	1.000
Depósitos bancários		
Depósitos à Ordem - Euro	3.693	13.052
Depósitos a Prazo - Euro		
Subtotais	3.693	13.052
Outros equivalentes de caixa		
Ações	106.987	121.834
Obrigações e títulos de particip.	77.084	314.835
Carteira de títulos	300.898	135.701
Subtotais	484.970	572.369
Totais	489.663	586.421

NOTA 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	2015	2014
Custo:		
Imóveis	179.016	179.016
Em curso	5.000	5.000
	184.016	184.016
Depreciações e perdas por imparidade Acumuladas:		
Depreciações acumuladas	8.056	5.370
Perdas por Imparidade		
	8.056	5.370
	175.960	178.646

Esta rubrica inclui na rubrica de “Imóveis” os que foram atribuídos pelos Fundadores da instituição destinados à prossecução do fim da Fundação e na rubrica de “Em curso” o valor de adiantamento efetuado para compra de novo bem.

NOTA 6 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Outras contas a receber” decompõe-se como se segue:

	2015	2014
Devedores por Acréscimos de rendimento		
Outros	1.057	1.057
	1.057	1.057
Perdas por Imparidade acumuladas		
	1.057	1.057

NOTA 7 – FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro o total da Rubrica de Fundos teve a sua origem nos bens e montantes afetos pelos fundadores ao património da Fundação com vista à prossecução do seu fim.

Composição da origem dos Fundos Patrimoniais:

Imóveis	179.016
Ações	120.482
Unidades de Participação	113.200
Dinheiro	265.418
	678.116

Movimentos na Rubrica de Fundos Patrimoniais durante o ano de 2015:

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	678.116			678.116
Resultados Transitados	52.076	2.873		54.948
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	19.688			19.688
Resultado Líquido do Período	2.873		101.426	-98.554
	752.752	2.873	101.426	654.199

NOTA 8 – FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Fornecedores” decompõe-se como se segue:

	2015	2014
Fornecedores conta corrente	473	1.810
	473	1.810

NOTA 9 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Estado e outros entes públicos” é assim detalhada:

Saldos passivos	2015	2014
IRC - Imp.sobre o rendimento	4.086	3.644
	4.086	3.644

NOTA 10 – FUNDADORES

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Fundadores” é assim detalhada:

	2015	2014
Fundadores	5.582	5.582
	5.582	5.582

NOTA 11 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Outras contas a pagar” é assim detalhada:

	2015	2014
Outros credores por acréscimos de gastos	2.341	2.336
	2.341	2.336

NOTA 12 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” é assim detalhada:

	2015	2014
Trabalhos Especializados	97	0
Publicidade e propaganda	101	1.661
Vigilância e segurança	681	674
Conservação e reparação	0	1.839
Serviços bancários	865	677
Aluguer de Viaturas Comerciais	60	0
	1.804	4.852

NOTA 13 – AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Reduções de justo valor” é assim detalhada:

	2015	2014
Em instrumentos financeiros - Ações	6.158	5.079
Em instrumentos financeiros - Obrigações e Títulos de Participação	80.036	0
Em instrumentos financeiros - Em outros títulos	20.236	6.711
	106.429	11.790

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 o efeito na Demonstração dos Resultados da aplicação do “Justo Valor” é assim detalhado:

	2015	2014
Aumentos de justo valor	0	0
Reduções de justo	-106.429	-11.790
	-106.429	-11.790

NOTA 14 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” é assim detalhada:

	2015	2014
Ganhos em outros instrumentos financeiros	1.225	4.702
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	18.000	18.000
Juros de outras aplicações de meios financeiros líquidos	22.048	22.050
Juros de aplicações de meios financeiros líquidos	4.954	5.003
	46.227	49.755

NOTA 15 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Outros gastos e perdas” é assim detalhada:

	2015	2014
Impostos	2.343	2.336
Alienações de Investimentos Financeiros	3.127	0
Donativos	20.084	17.012
	25.554	19.348

Na rubrica de Donativos estão incluídos os donativos às seguintes entidades:

	Montante
Obra de Santa Zita	9.415
Instituto Madre Matilde	1.000
Apoio social	368
Cabazes de Natal - Famílias carenciadas	9.301
	20.084

NOTA 16 – GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” é assim detalhada:

	2015	2014
Edifícios outras construções	2.685	2.685
	2.685	2.685

NOTA 17 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Imposto sobre o rendimento” é assim detalhada:

	2015	2014
Imposto corrente	8.308	8.207
	8.308	8.207

NOTA 18 – GARANTIAS BANCÁRIAS

Em 2015 não existia qualquer garantia bancária.

NOTA 19 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015.

NOTA 20 – PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2015 a Fundação não tinha situações que possam ser avaliadas como passivos contingentes.

NOTA 21 - DIVULGAÇÕES DE FACTOS PÓS BALANÇO

21.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 14 de novembro de 2016.

21.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Após a data de balanço não ocorreram acontecimentos relevantes que deem lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras da Fundação.

NOTA 22 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, informa-se que não existem dívidas em mora à Segurança Social.

O Contabilista Certificado

A Administração



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

[RELATIVA AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015]

NELSON MOINHOS & PAULO LIMA
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO MONTE**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 666.680 euros e um total do fundo de capital de 654.199 euros, incluindo um resultado líquido do exercício negativo de 98.554 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Fundação, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Rua António Luís Gomes, 120, Sala 7
4400-125 Vila Nova de Gaia
T +351 223 791 271/22 F +351 223 791 239

Contribuinte N.º 503 426 180
Capital Social 5.000 euros
Insc. na CRC/C: 503 426 180

Edifício Trade Center - Via Norte - E. N. 13 132
Sala 105 - 107 4470-038 Maia
T +351 229 475 413/14 F +351 229 475 415

NELSON MOINHOS & PAULO LIMA
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório anual de atividades com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **FUNDAÇÃO MONTE** em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as entidades do sector não lucrativo.

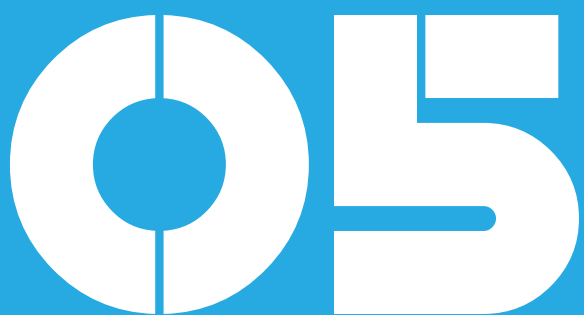
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório anual de atividades é concorde com as demonstrações financeiras do exercício.

Mala, 28 de novembro de 2016



NELSON MOINHOS & PAULO LIMA, SROC (n.º 131)
representada por
Paulo Roberto de Souza Mathias Lima, ROC (n.º 750)



RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

[RELATIVA AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015]



RELATÓRIO & CONTAS

15